



GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONSTRUÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES

Este documento foi desenvolvido com a finalidade de subsidiar contratações referente à construção da nova sede da Câmara de Vereadores do Município de Morro da Fumaça/SC, a ser implantada nas esquinas entre a Rua Padre Estanislau Cizeski, Rua Emílio Frasson e Rua Perpétua Zeferino Martins, com acesso principal na Rua Emílio Frasson, no bairro Monte Verde – Morro da Fumaça/SC. O objetivo tem como foco a execução de uma edificação pública destinada à Sede do Poder Legislativo Municipal, com vistas a garantir eficiência administrativa, condições adequadas de trabalho aos vereadores e servidores, bem como atendimento de qualidade à população fumacense. O presente Estudo Técnico Preliminar visa a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, conforme previsto no Art. 18, § 1º da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de obra/serviço especial de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1. Descrição da necessidade de contratação (Art. 18, § 1º, I da Lei nº 14.133/2021)

A Câmara de Vereadores de Morro da Fumaça foi oficialmente instalada em 31 de janeiro de 1963. Ao longo dos anos, funcionou junto ao Paço Municipal, em uma sala anexa à Prefeitura. Posteriormente, em razão da readequação dos espaços públicos, atualmente encontra-se instalada no Centro Múltiplo Uso, no Bairro Esperança, em área cedida pela Administração Municipal. O espaço anteriormente ocupado pela Câmara foi destinado à instalação da Sala do Empreendedor e de um Salão de Atos, com capacidade para mais de 40 lugares.

Entretanto, a atual estrutura utilizada pela Câmara não atende plenamente às demandas do Poder Legislativo e da população fumacense. Diante disso, surge a necessidade de construção de uma nova sede própria, planejada para garantir aos vereadores melhores condições de trabalho e à comunidade um espaço institucional adequado, acessível, moderno e bem localizado. A nova edificação permitirá o fortalecimento da transparência, a valorização do patrimônio público e a ampliação dos canais de participação popular no município.

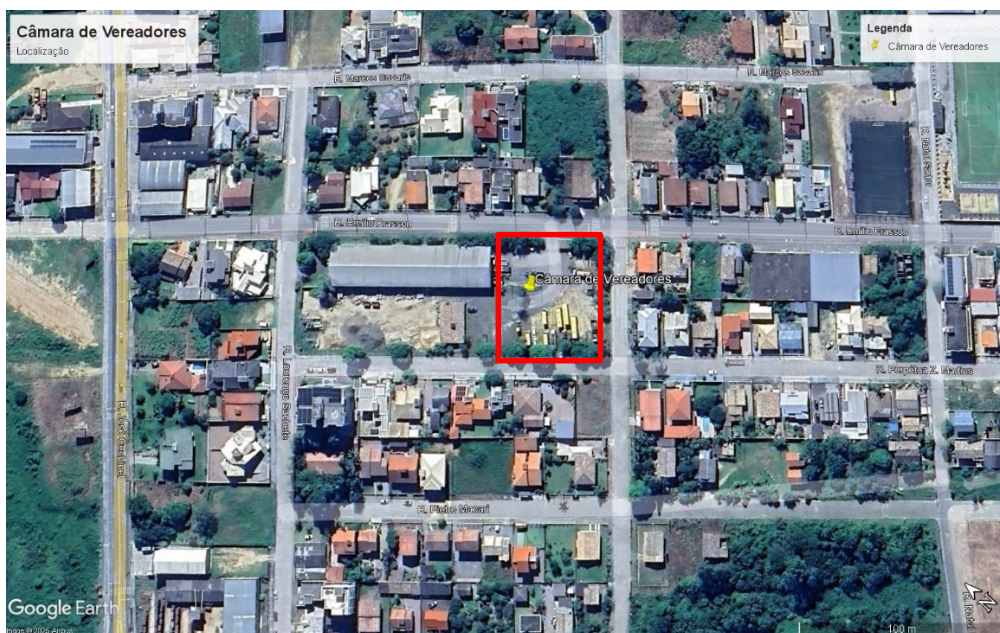


Imagem 01: Localização do terreno.



GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

O Projeto Arquitetônico da nova Câmara contempla a criação de espaços específicos para o pleno funcionamento da Casa Legislativa, de modo a garantir eficiência administrativa, condições adequadas de trabalho e atendimento de qualidade à população. Estão previstos:

- Gabinete do Presidente e do Diretor-Geral, assegurando a organização institucional;
- Sala de Contabilidade e setores administrativos, para suporte às atividades financeiras e de gestão;
- Espaço destinado à Imprensa, reforçando o compromisso com a transparência e a divulgação das ações legislativas;
- Gabinetes individuais para cada vereador, possibilitando o atendimento direto da comunidade e a escuta das demandas da população;
- Sala de Reuniões, para deliberações internas, encontros de comissões e reuniões com entidades da sociedade civil;
- Plenário amplo e moderno, adequado para sessões legislativas, audiências públicas e solenidades oficiais.

A concepção deste projeto busca, portanto, alinhar-se às exigências legais de acessibilidade, modernização tecnológica e sustentabilidade, além de proporcionar à sociedade fumacense um espaço público representativo, que fortaleça a democracia e valorize a função do Poder Legislativo Municipal.



Imagem 02: Câmara de Vereadores.

2. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual (Art. 18, § 1º, II da Lei nº 14.133/2021)

Com base em informações coletadas, o Município de Morro da Fumaça não possui Plano de Contratação Anual (PAC) para o exercício de 2025.

3. Requisitos da contratação (Art. 18, § 1º, III da Lei nº 14.133/2021)

3.1. Levantamento da situação atual e do terreno destinado à nova construção, avaliando condições de infraestrutura, topografia, acessos e eventuais restrições ambientais ou legais;



GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

- 3.2. Levantamento do programa de necessidades junto à Câmara de Vereadores, considerando os gabinetes, plenário, áreas de apoio administrativo, espaços para atendimento à população, imprensa e demais setores essenciais;
- 3.3. Desenvolvimento do projeto arquitetônico completo da nova edificação, contemplando atendimento a todas as legislações e normas técnicas vigentes, incluindo acessibilidade universal conforme NBR 9050, segurança, conforto e sustentabilidade;
- 3.4. Elaboração de projetos complementares (estrutural, elétrico, hidráulico, prevenção contra incêndio, climatização, lógica, entre outros) necessários para o perfeito funcionamento da edificação;
- 3.5. Aprovações e regularizações junto aos órgãos competentes, tais como Prefeitura de Morro da Fumaça, órgãos ambientais, Corpo de Bombeiros (CBM/SC) e concessionárias de serviços públicos;
- 3.6. Definição da forma de execução da obra, garantindo a realização integral da construção de forma contínua, respeitando normas técnicas, padrões de segurança e cronograma previsto;
- 3.7. Procedimento licitatório para contratação de empresa especializada em obras de engenharia, com equipe técnica qualificada e habilitada, apta a executar todos os serviços indicados, seguindo rigorosamente as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e respectivos anexos, utilizando materiais novos de primeira qualidade e assegurando durabilidade e funcionalidade da edificação.

4. Estimativas das quantidades para a contratação (Art. 18, § 1º, IV da Lei nº 14.133/2021)

Etapa	Descrição	Quantidade
01	CONSTRUÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES	1

5. Levantamento de mercado (Art. 18, § 1º, V da Lei nº 14.133/2021)

Considerando tratar-se de obra de engenharia, todo o orçamento deverá basear-se no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI). O SINAPI tem por objetivo a produção de séries mensais de custos e índices de custos da construção civil, em diferentes níveis de agregação técnica e espacial, visando permitir a programação de investimentos e a execução e análise de orçamentos. Utiliza pesquisa de preços e custos como tipo de operação estatística, com dados de pesquisa por amostragem não probabilística e periodicidade mensal.

Assim, considerando que a própria base de dados utilizada no orçamento origina-se de levantamento de mercado realizado pelo IBGE, não verifica-se necessário discorrer sobre tal neste documento. Entretanto, recomenda-se que o orçamentista realize verificação dos insumos mais representativos dentro da obra a ser contratada, através da curva ABC, comparando com cotações de mercado na região para identificar eventuais disparidades de preço que possam ser corrigidas e assim gerar relevante economicidade para a Administração.

6. Estimativa do valor da contratação (Art. 18, § 1º, VI da Lei nº 14.133/2021)

Conforme orçamento executivo anexo ao termo de referência, o valor total estimado da obra é de R\$ 2.498.038,06. As planilhas sintéticas e analíticas apresentam os dados detalhados das previsões de custos de cada serviço a ser contratado, conforme etapas previstas.



GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

7. Descrição da solução como um todo (Art. 18, § 1º, VII da Lei nº 14.133/2021)

A solução escolhida é a contratação de empresa especializada em obras de engenharia para a execução da construção da nova sede da Câmara de Vereadores de Morro da Fumaça/SC, contemplando todos os serviços, materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a completa implantação da edificação.

O projeto visa atender às demandas institucionais do Poder Legislativo Municipal, observando critérios de conforto, higiene, segurança, funcionalidade, acessibilidade e eficiência administrativa, conforme projetos arquitetônicos, complementares e especificações técnicas constantes no Termo de Referência e respectivos anexos.

A execução deverá respeitar os valores referenciais obtidos em pesquisa de mercado e atender integralmente às normas técnicas vigentes, de modo a assegurar qualidade, durabilidade e sustentabilidade à obra pública.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (Art. 18, § 1º, VIII da Lei nº 14.133/2021)

Para o caso em estudo, entende-se que não é viável o parcelamento da contratação, uma vez que se trata da construção de uma edificação única, cujos serviços de engenharia apresentam interdependência técnica e demandam execução de forma contínua e integrada.

A contratação em lote único garante uma maior eficiência administrativa, compatibilidade técnica, continuidade da obra, além do maior controle e fiscalização, concentrando responsabilidades em um único contratado.

Dessa forma, considerando o porte da obra, sua natureza e os princípios da economicidade e eficiência, conclui-se que a solução mais adequada é a contratação integral, sem parcelamento.

9. Demonstrativo dos resultados pretendidos (Art. 18, § 1º, IX da Lei nº 14.133/2021)

Após a execução da obra de construção da nova sede, o resultado esperado é que a Câmara de Vereadores de Morro da Fumaça disponha de uma edificação moderna, funcional e acessível, capaz de atender plenamente às necessidades do Poder Legislativo Municipal e da população.

A nova estrutura proporcionará melhores condições de trabalho, assegurando um ambiente institucional adequado ao exercício das atividades legislativas, administrativas e de atendimento ao público.

Além disso, espera-se que a edificação potencialize os índices de conforto, higiene, segurança, funcionalidade e acessibilidade, garantindo espaços planejados para o uso universal, eliminando barreiras arquitetônicas e promovendo maior aproximação entre a comunidade e o Poder Legislativo.

A obra representará, ainda, um patrimônio público duradouro, consolidando um espaço representativo e digno da função democrática exercida pela Câmara Municipal.

10. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (Art. 18, § 1º, X da Lei nº 14.133/2021)

- Elaboração do termo de referência contendo todas as informações necessárias para definição do objeto, com as respectivas especificações técnicas, projetos e orçamento;
- Execução do processo licitatório, conforme Lei nº 14.333/2021 e instruções técnicas municipais, análise e parecer da consultoria jurídica;
- Designação de gestor do contrato e fiscal para a obra/serviço;



GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

- Dar as condições mínimas para que a fiscalização e a gestão do contrato possam executar suas funções com a devida precisão necessária.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes (Art. 18, § 1º, XI da Lei nº 14.133/2021)

Em pesquisa realizada na área de licitações do site www.morrodafumaca.atende.net verificou-se a existência de diversas outras contratações destinadas a execução de obras públicas (construções, reformas, ampliações, pavimentações, etc...), mas considerando a natureza singular de tais obras conforme a localização e destinação, de acordo com os projetos específicos e personalizados, não há como correlacionarem-se.

12. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (Art. 18, § 1º, XII da Lei nº 14.133/2021)

Na execução da obra de construção da nova sede da Câmara de Vereadores de Morro da Fumaça/SC, poderão ser identificados impactos ambientais relacionados principalmente à geração de resíduos da construção civil, consumo de recursos naturais, emissão de poeira, ruídos e movimentação de solo.

Para mitigar tais impactos, deverão ser adotadas, pela empresa contratada, as seguintes medidas:

- Gestão de resíduos da construção civil, com separação adequada, armazenamento provisório seguro e destinação final em locais licenciados, conforme legislação ambiental vigente;
- Controle de emissões de poeira e partículas, por meio de umedecimento do solo e uso de barreiras físicas quando necessário;
- Minimização de ruídos e vibrações, priorizando o uso de equipamentos adequados e respeitando horários permitidos de execução;
- Uso racional de materiais e recursos naturais, incentivando práticas de reaproveitamento e redução de desperdícios;
- Prevenção de contaminação do solo e da água, evitando descartes irregulares de resíduos e controlando eventuais derramamentos de óleo, combustíveis ou produtos químicos;
- Adoção de medidas de segurança para trabalhadores e entorno, prevenindo acidentes e minimizando riscos à comunidade.

Com a aplicação dessas práticas, busca-se reduzir os impactos ambientais inerentes à obra, garantindo conformidade com a legislação ambiental e contribuindo para a sustentabilidade do empreendimento público.

13. Análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual (Art. 18, X da Lei nº 14.133/2021)

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual. A identificação dos riscos ocorreu por meio de um levantamento tipo “brainstorming” com a equipe técnica da Secretaria do Sistema de Infraestrutura e representantes de outros setores envolvidos na contratação.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, as possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por cada ação. Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa dos riscos é realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme a tabela de referência a seguir.



GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

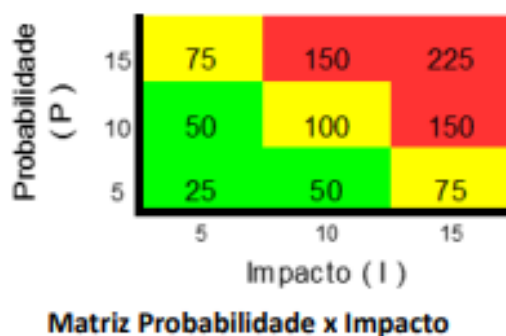
Classificação	Valor
Baixo	5
Médio	10
Alto	15

Baixo: Danos que não comprometem o processo/serviço. Devem ser catalogados nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: Danos que comprometem parcialmente o processo/serviço, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: Danos que comprometem a essência do processo/serviço, impedindo-o de seguir seu curso.

A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato. A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.



O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz probabilidade x impacto. Caso o risco enquadre-se na região verde, seu nível de risco é entendido como baixo, logo admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas. Se estiver na região amarela, entende-se como médio e na região vermelha, entende-se como nível de risco alto. Nos casos de riscos classificados como médio e alto, serão adotadas as medidas preventivas previstas.

13.1. RISCO 01: Impugnações do Edital de licitação, por motivos diversos, principalmente os relacionados a erros de projetos e/ou orçamento estimativo:

13.1.1. Probabilidade: Baixa (5)

13.1.2. Impacto: Médio (10)

13.1.3. Nível de Risco: **BAIXO** (50)

13.1.4. Danos: Atrasos para início e, consequentemente, para entrega da obra.

13.1.5. Ações de Prevenção e Contingência:

AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEIS
Para os projetos de engenharia elaborados por empresas terceirizadas, acompanhamento sistemático de sua execução por	Sec. de Infraestrutura



GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

equipe de fiscalização que contenha profissionais técnicos habilitados para a função	
Para os projetos de engenharia elaborados pela equipe técnica da Secretaria de Infraestrutura, revisão dos projetos e orçamento, de preferência por profissionais diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração	Sec. de Infraestrutura
AÇÕES CORRETIVAS	RESPONSÁVEIS
Em casos de impugnações por erros nos documentos técnicos, solicitar aos responsáveis técnicos que procedam com as correções	Sec. de Infraestrutura
Republicação do Edital, com a reabertura da contagem de prazos	Comissão de Licitação

13.2. RISCO 02: Impossibilidade de emissão da ordem de serviço e início da obra, após homologação do processo licitatório, por restrições do órgão concedente/financiador:

13.2.1. Probabilidade: Baixa (5)

13.2.2. Impacto: Alto (15)

13.2.3. Nível de Risco: **MÉDIO** (75)

13.2.4. Danos: Atrasos para início e, conseqüentemente, para entrega da obra. Possibilidade de inviabilizar-se a execução do contrato, caso sejam suspensos os recursos necessários.

13.2.5. Ações de Prevenção e Contingência:

AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEIS
Realizar acompanhamento sistemático de todo o processo de licitação/contratação, garantindo-se o atendimento de todas as exigências do órgão concedente/financiador	Planejamento + Setor de Licitações/Contratos + Sec. de Infraestrutura
AÇÕES CORRETIVAS	RESPONSÁVEIS
Suspender a continuidade do processo licitatório e direcionar equipe para que sejam prontamente corrigidas as situações desconformes e atendidas as exigências do órgão concedente/financiador	Planejamento + Setor de Licitações/Contratos + Sec. de Infraestrutura

13.3. RISCO 03: Impossibilidade de início da obra, após a emissão da Ordem de Serviço, por restrições da Contratante (liberação do local de implantação, necessidade de execução prévia de outro serviço, interferências com outras atividades, etc):

13.3.1. Probabilidade: Média (10)

13.3.2. Impacto: Médio (10)

13.3.3. Nível de Risco: **MÉDIO** (100)

13.3.4. Danos: Atrasos para início e, conseqüentemente, para entrega da obra. Possibilidade de aumento de custos não previstos, principalmente com mobilização e desmobilização da equipe e de equipamentos, aluguéis de estruturas para abrigar os canteiro de obras, gerenciamento de obras, dentre outros que poderão ser reclamados pela Contratada.

13.3.5. Ações de Prevenção e Contingência:

AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEIS
--------------------------	---------------------



GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

Verificar, antes da emissão da Ordem de Serviço, se há algum impedimento para início da execução dos serviços nos prazos determinados na contratação	Setor de Licitações/Contratos + Planejamento
AÇÕES CORRETIVAS	RESPONSÁVEIS
Suspender a emissão da Ordem de Serviço, solicitando que a Contratada não realize a mobilização até que os serviços sejam novamente liberados	Gestor do Contrato + Fiscal da Obra
Verificar a necessidade de alterações contratuais para prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato.	Gestor do Contrato + Fiscal da Obra

13.4. RISCO 04: Alterações no projeto básico/executivo inicialmente contratados, por solicitação da Contratante:

13.4.1. Probabilidade: Baixa (5)

13.4.2. Impacto: Médio (10)

13.4.3. Nível de Risco: **BAIXO** (50)

13.4.4. Danos: Aumento dos custos inicialmente previstos para execução do objeto. Possibilidade da ocorrência de atrasos para entrega da obra.

13.4.5. Ações de Prevenção e Contingência:

AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEIS
Elaboração dos projetos de forma participativa e amplamente discutida com a Administração e população, incluindo realização de audiências públicas	Sec. de Infraestrutura + Planejamento
AÇÕES CORRETIVAS	RESPONSÁVEIS
Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto	Gestor do Contrato + Fiscal da Obra

13.5. RISCO 05: Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, que sejam irrelevantes:

13.5.1. Probabilidade: Alta (15)

13.5.2. Impacto: Baixo (5)

13.5.3. Nível de Risco: **MÉDIO** (75)

13.5.4. Danos: Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra.

13.5.5. Ações de Prevenção e Contingência:

AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEIS
Para os projetos de engenharia elaborados por empresas terceirizadas, acompanhamento sistemático de sua execução por equipe de fiscalização que contenha profissionais técnicos habilitados para a função	Sec. de Infraestrutura
Para os projetos de engenharia elaborados pela equipe técnica da Secretaria de Infraestrutura, revisão dos projetos e orçamento, de preferência por profissionais diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração	Sec. de Infraestrutura



GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

Prever, dentre as cláusulas do Edital e Termo de Referência, que tais custos serão absorvidos pela Contratada	Sec. de Infraestrutura
AÇÕES CORRETIVAS	RESPONSÁVEIS
Caso a Contratada venha requerer tais valores, a alteração contratual deverá ser analisada pelos responsáveis para decisão sobre sua adequabilidade, considerando-se a jurisprudência do TCU	Gestor do Contrato + Fiscal da Obra + Procuradoria Municipal

13.6. RISCO 06: Identificação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações ou memoriais que compõe a contratação, que sejam relevantes:

13.6.1. Probabilidade: Média (10)

13.6.2. Impacto: Alto (15)

13.6.3. Nível de Risco: **ALTO** (150)

13.6.4. Danos: Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra.

13.6.5. Ações de Prevenção e Contingência:

AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEIS
Para os projetos de engenharia elaborados por empresas terceirizadas, acompanhamento sistemático de sua execução por equipe de fiscalização que contenha profissionais técnicos habilitados para a função	Sec. de Infraestrutura
Para os projetos de engenharia elaborados pela equipe técnica da Secretaria de Infraestrutura, revisão dos projetos e orçamento, de preferência por profissionais diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração	Sec. de Infraestrutura
AÇÕES CORRETIVAS	RESPONSÁVEIS
Caso a Contratada venha requerer tais valores, a alteração contratual deverá ser analisada pelos responsáveis para decisão sobre sua adequabilidade, considerando-se a jurisprudência do TCU	Gestor do Contrato + Fiscal da Obra + Procuradoria Municipal

13.7. RISCO 07: Diferença entre os quantitativos da planilha de orçamento e os quantitativos que serão efetivamente executados na obra, devido a incertezas inerentes ao objeto ou a alguns serviços que compõe o objeto:

13.7.1. Probabilidade: Média (10)

13.7.2. Impacto: Médio (10)

13.7.3. Nível de Risco: **MÉDIO** (100)

13.7.4. Danos: Alteração dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução da obra.

13.7.5. Ações de Prevenção e Contingência:

AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEIS
Por se tratar de obra de restauração de rodovias e infraestrutura urbana, assim possuindo diversos serviços que apresentam incertezas intrínsecas nas estimativas de quantitativos, optar por adotar o regime de execução de empreitada por preço unitário	Sec. de Infraestrutura
AÇÕES CORRETIVAS	RESPONSÁVEIS



GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

Caso a Contratada venha requerer tais valores, a alteração contratual deverá ser analisada pelos responsáveis para decisão sobre sua adequabilidade, considerando-se a jurisprudência do TCU

Gestor do Contrato + Fiscal da Obra + Procuradoria Municipal

13.8. RISCO 08: Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com normas técnicas e legislações vigentes.

13.8.1. Probabilidade: Média (10)

13.8.2. Impacto: Alto (15)

13.8.3. Nível de Risco: **ALTO** (150)

13.8.4. Danos: Alteração dos custos inicialmente previstos para execução da obra. Atrasos para conclusão da obra decorrentes da necessidade de refazimento de serviços.

13.8.5. Ações de Prevenção e Contingência:

AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEIS
Fiscalizar continuamente a execução dos serviços, realizando visitas in loco.	Fiscal da Obra
Prever, dentre as cláusulas do Edital e da minuta contratual, sanções que contemplem esta situação	Setor de Licitações/Contratos
AÇÕES CORRETIVAS	RESPONSÁVEIS
Notificar prontamente a Contratada sempre que verificada a necessidade de correção de algum serviço já executado	Fiscal da Obra
Aplicação das sanções previstas no Edital e Contrato firmado	Fiscal da Obra + Gestor do Contrato

13.9. RISCO 09: Ocorrência de divergências entre municipalidade e contratada no recolhimento do ISSQN sobre as notas fiscais dos pagamentos realizados durante o contrato:

13.9.1. Probabilidade: Média (10)

13.9.2. Impacto: Médio (10)

13.9.3. Nível de Risco: **MÉDIO** (100)

13.9.4. Danos: Possibilidade de ocorrer prejuízo relevante à contratada. Possibilidade interrupção dos serviços e de rescisão contratual, gerando atrasos na entrega da obra.

13.9.5. Ações de Prevenção e Contingência:

AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEIS
Prever, no cálculo do BDI, indicação de base de cálculo e alíquota para o ISSQN compatível com a legislação tributária municipal e as características da obra	Sec. de Infraestrutura + Setor de Tributos
Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, Edital e Contrato, que a Contratada deverá cientificar-se da legislação tributária municipal e de que os parâmetros adotados no cálculos do BDI dependem disso, especialmente quanto à possibilidade de redução da base de cálculo do ISSQN considerada mediante atendimento de requisitos legais e procedimento específico junto ao setor de tributos.	Sec. de Infraestrutura + Setor de Tributos + Setor de Licitações/Contratos
AÇÕES CORRETIVAS	RESPONSÁVEIS



GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

Orientar a contratada para que adeque sua escrituração contábil às exigências da legislação tributária municipal

Gestor do Contrato + Setor de Tributos

13.10. RISCO 10: Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução dos serviços:

13.10.1. Probabilidade: Baixa (5)

13.10.2. Impacto: Médio (10)

13.10.3. Nível de Risco: **BAIXO** (50)

13.10.4. Danos: Prejuízos ao trabalhador com a ocorrência de lesão corporal ou perturbação funcional que causa a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Onerar o contrato com a possibilidade de pagamento de indenizações.

13.10.5. Ações de Prevenção e Contingência:

AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEIS
Prever, dentre as cláusulas do Edital e do contrato, que a Contratada deverá responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços	Setor de Licitações/Contratos
Prever, dentre as cláusulas do Edital e do contrato, que a Contratada deverá cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança no Trabalho	Setor de Licitações/Contratos
Avaliar, durante as visitas rotineiras da equipe de fiscalização, as condições dos canteiros de obras, verificando a utilização de Equipamentos de Proteção Individual e a instalação de Equipamentos de Proteção Coletiva.	Fiscal da Obra
Notificar a Contratada, caso sejam verificadas irregularidades em relação às normas de segurança no trabalho, instaurando processo para aplicação das sanções previstas na contratação, em caso de persistência	Fiscal da Obra + Gestor do Contrato
AÇÕES CORRETIVAS	RESPONSÁVEIS
Em caso de acidentes, solicitar que a Contratada realize os procedimentos administrativos necessários junto aos órgãos competentes e encaminhe à fiscalização a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) registrada junto à Previdência Social	Fiscal da Obra + Gestor do Contrato

13.11. RISCO 11: Atrasos da obra decorrentes de chuvas ou outros eventos climáticos e ambientais:

13.11.1. Probabilidade: Baixa (5)

13.11.2. Impacto: Médio (10)

13.11.3. Nível de Risco: **BAIXO** (50)

13.11.4. Danos: Atrasos para entrega da obra.

13.11.5. Ações de Prevenção e Contingência:

AÇÕES PREVENTIVAS	RESPONSÁVEIS
Prever, dentre as cláusulas do Termo de Referência, Edital e Contrato, que a Contratada arcará com os prejuízos advindos de chuvas ocorridas dentro das médias históricas dos últimos 12 meses, sendo	Sec. de Infraestrutura + Setor de Licitações/Contratos



GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

justificável atrasos na execução da obra somente se registradas chuvas acima da média histórica	
AÇÕES CORRETIVAS	RESPONSÁVEIS
Avaliar, caso seja solicitada prorrogação do prazo de execução do objeto pela Contratada, se as chuvas ocorridas preenchem os requisitos de excepcionalidade. Em caso afirmativo, realizar a prorrogação do prazo de execução. Caso contrário, avaliar a necessidade de prorrogação da vigência contratual	Fiscal da Obra + Gestor do Contrato

13.12. Matriz dos riscos

PROBABILIDADE	ALTA	13.5		
	MÉDIA		13.3 13.7 13.9	13.6 13.8
	BAIXA		13.1 13.4 13.10 13.11	13.2
		BAIXO	MÉDIO	ALTO
	IMPACTO			

14. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação (Art. 18, § 1º, XIII da Lei nº 14.133/2021)

Com base no exposto neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela adequabilidade de contratações para execução da nova sede da Câmara de Vereadores do Município de Morro da Fumaça/SC, considerando-se a sua prevalência sobre outras soluções levantadas, o atendimento aos requisitos descritos e aos resultados pretendidos.

Morro da Fumaça, SC, 29 de janeiro de 2026.

Maria Emilia Crocetta Redivo

Arquiteta e Urbanista – CAU/SC A147441-3



GOVERNO MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua 20 de Maio, 100 – 88.830-000 – Centro – MORRO DA FUMAÇA-SC

CNPJ: 83.000.323/0001-02 - www.morrodafumaca.sc.gov.br

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

Secretaria do Sistema de Infraestrutura

Município de Morro da Fumaça/SC